

O problema da transferência de tecnologia e o intelectual em Gramsci

The issue of technology transfer and the intellectual in Gramsci

*Maria de Lourdes Pinto de Almeida**

Resumo

A classe detentora do capital “monopoliza” a cultura, a ciência e a arte. Nesse sentido, a ciência torna-se meio de apropriação e expropriação econômica e cultural. Contudo, os intelectuais apropriando-se do conhecimento e detendo os instrumentais para produzi-lo e transmiti-lo contribuem para explicar, conservar ou transformar a sociedade na qual estão inseridos. A universidade, na sua correlação com os meios de produção material, reproduz e corresponde às necessidades sociais, conforme as influências dos grupos organizados defensores de interesses de classes. A universidade apresenta-se como fator superestrutural, mas está intrinsecamente ligada ao setor produtivo. Tanto no sentido em que se constitui como empresa, como no de que produz saberes ligados ao incremento técnico diretamente relacionado com a produção científica e cultural.

Palavras-chave: estrutura social, intelectuais, transferência de tecnologia.

I

À universidade cabe sempre o dizer de Marx segundo o qual “os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado” (MARX; ENGELS, [s.d.], p. 208-209). A questão da práxis, enquanto ação ética e política de persuasão e influência que os homens exercem sobre si, está enraizada na atividade acadêmica. Nesse aspecto, os acadêmicos circunscrevem-se na superestrutura, no campo da luta política.

* Doutora em Educação e professora na Universidade Estadual de Campinas e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: malu04@uol.com.br.

Nessa perspectiva, o pensamento de Gramsci é fundamental para se compreender o papel do intelectual. Inicialmente, é destacável que ele amplia a concepção de Estado do “marxismo clássico”. O pensador italiano mostra que a luta política, nas sociedades atuais, dá-se menos “contra” o Estado do que no Estado, que se apresenta como instância mediadora de interesses de classes, ao invés de mero representante da classe dominante. Nele, portanto, os antagonismos se manifestam.

Ao lado dos aparelhos coercitivos do Estado (sociedade política), Gramsci destaca os aparelhos privados de luta ideológica. Ele destaca duas esferas no interior da superestrutura: a sociedade civil e sociedade política. Trata-se de esferas distintas, mas articuladas do ponto de vista do domínio de classes. A sociedade política é o conjunto de aparelhos com os quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência. Já a sociedade civil tem como base material os aparelhos privados de hegemonia, cuja função é exercer o poder hegemônico através do consenso e da direção da classe social no poder. Destacam-se a imprensa em geral, os sindicatos, igrejas, escolas e, sobretudo, os partidos políticos como fulcro da ação coletiva.

O papel do “intelectual orgânico”, engajado na luta política, torna-se fundamental na concepção de luta de classe gramsciana. Nessa perspectiva, a universidade pode ser pensada como um duplo e articulado campo de atuação. Tanto como incremento

da força produtiva e do lucro quanto de confronto político e ideológico, da busca da hegemonia e da supremacia (momento unificar do consenso e da conquista do poder de “fato”).

Gramsci opera uma fusão prático-teórica (práxis) segundo a qual podemos compreender todos os homens como intelectuais. Nesse sentido, o empresário torna-se não só um acumulador ganancioso, mas, sobretudo, um intelectual orgânico, articulador de interesses de classes.

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os ‘prepostos’(empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica (GRAMSCI, 1978, p. 4).

Nessa perspectiva, as relações entre a universidade e a empresa podem ser pensadas não apenas como relações de interesses de transferências de técnica (academia = balcão de tecnologia), mas, sobretudo, como relações políticas em que os “interesses econômicos” e os “fins públicos” encontram-se correlacionados na luta hegemônica.

II

A ciência só pode ser pensada como atividade neutra desvinculada da política (valores e ideologia das tendências de classe) se concebida abstra-

ída do contexto histórico, da práxis. Nesse sentido é que se pode falar da atividade acadêmica como um contributo para o progresso do patrimônio comum do saber humano; assim, ela se compreende como atividade “pública” desinteressada. Essa ilusão já foi duramente denunciada, mesmo em seu nascedouro no século XVIII, mas coube às diversas correntes marxistas denunciarem o caráter ideológico e classista de tal atividade.¹ Gramsci denuncia o caráter encantado dessa concepção de progresso científico positivista, em que se vislumbra um sentido escatológico, uma salvação mecânica, em que se dispensa o esforço do homem, uma vez que se crê que tudo vai por si, conforme o avanço das “especializações dos novos ramos do de investigação” (GRAMSCI, 1995, p. 71).

As relações entre as ciências naturais e sociais, unidas pela concepção de práxis, separam-se pela noção de objeto. As primeiras, no sentido positivista, das quais dificilmente podem se desvencilhar, voltam-se para o estudo do natural, enquanto afastamento do que é humano, subjetivo, circunscrevendo um campo de rigor em que a interatividade, relação sujeito/objeto, permanece sob controle, supostamente incapaz de interferir decisivamente nos resultados. Nas ciências sociais que estudam a práxis humana (a produção, manutenção das instituições humanas, que vão desde a linguagem até o Estado), ainda que o rigor metodológico se esforce por eliminar a subjetividade, o pesquisador

reconhece-se como parte integrante do objeto, uma vez que os resultados das pesquisas tendem a interferir no próprio objeto. Mas, na verdade, todas as ciências (quer naturais ou sociais) são atividades humanas e o saldo de ambas se dá como práxis. Há um caráter antropológico irreduzível nas ciências naturais também.

Conforme Gramsci, objetividade é intersubjetividade, na qual se “determina o que é comum a todos os homens”; como tal, poder-se-iam verificar da mesma maneira e de modo independente os mesmos procedimentos e resultados, desde que se resguardem as mesmas condições técnicas. “Objetivo”, diz Gramsci, “significa precisamente [...] aquela realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo” (1995, p. 69). O caráter antropológico da ciência assinala a sua função superestrutural, sua força hegemônica. Ao lado do “fato objetivo” justapõe-se o “sistema de hipóteses” (subjetivo, ele supera “o mero fato objetivo”). Cabe ao trabalho crítico do “intelectual orgânico”, como representante e agente de uma determinada classe, reinterpretar os fatos, desviando as tendências ideológicas indesejadas inerentes a um sistema de hipóteses filosóficas implícitas numa determinada “ciência”. Por essa razão, admite Gramsci que um grupo social pode “apropriar-se da ciência de um outro, sem aceitar a sua ideologia” (p. 71).

As ciências naturais determinar-se-iam pelo caráter quantitativo, ao pas-

so que as ciências da práxis vinculam-se ao qualitativo. Como quantitativo retomamos as idéias de Gramsci. Ainda que o nexos quantidade-qualidade seja inseparável, distinguem-se por um critério operacional. O quantitativo admite previsões e a construção de planos de trabalho. Diz o filósofo italiano:

Afirmar que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto “corpóreo” do real, não significa que se pretenda esquecer a “qualidade”, mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema quantitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável (GRAMSCI, 1995, p. 50).

Os dois aspectos são percebidos, portanto, como os mesmos, mas em perspectivas diferentes. Do ponto de vista histórico, ambas as atividades, as ciências, podem ser compreendidas enquanto práxis. A pesquisa visando a aplicações técnicas, por mais objetiva quantitativa que se pretenda, tem o seu nível de teoria prática inserido num contexto histórico mais amplo, no qual a teoria e a prática são práxis.

Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca o problema de identificar teoria e prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a a máxima potência, ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teo-

ria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional (GRAMSCI, 1995, p. 51).

A relação entre conhecimento e tecnologia é histórica. Abstraída do contexto, apresenta-se como incremento da atividade produtiva, revelando-se a relação do homem com a natureza. A análise das relações entre a ciência e o progresso técnico revela a história de tal empreendimento humano. No entanto, essa história faz parte de uma história mais ampla, movida pelas contradições de interesses, pela luta de classes (o problema da afirmação ou negação da luta de classe é ideológico, hegemônico, mas fundamental para compreendermos a práxis acadêmica). O livro de S. Rugiu revela-nos esse caráter histórico da relação saber-fazer da ciência e da técnica como indissociáveis da teoria e prática (práxis). Há um vínculo inseparável entre a ciência, a técnica e a práxis.

Rugiu mostra como, historicamente, a divisão ciência e técnica revela-se no seio das atividades pré-industriais correlacionadas com as concepções de mundo, que só se alteram com as mudanças das relações de produção. Essa obra se constitui num modelo de análise histórica, visto que os aspectos econômicos, técnicos, científicos, culturais e pedagógicos se inter-relacionam e se explicam. A pedagogia mitigada das corporações de ofício revela o poder do conhecimento ao tornar o segredo o elemento básico da apropriação da força de trabalho e da produção por

uma instituição impessoal. A distinção entre artes liberais e mecânicas (RUGIU, 1998, p. 32), antes de revelar domínios hierárquicos de separação entre teoria e prática, mostra uma ruptura social mais ampla, baseada na separação entre trabalho produtivo (mecânico) e atividade livre, ociosa. Havia uma ruptura entre “produção de pensamento e produção de mercadoria” (p. 34).

A aristocracia pré-capitalista, renegando a atividade produtiva e comercial, estava tomada pelo preconceito de que “a palavra... da qual os docentes se serviam não menos que os leguleiros e outros intelectuais, não pode ser vendida e não é nem mesmo mérito do homem reproduzi-la, porque pertence ao senhor antes de qualquer coisa criada” (RUGIU, 1998, p. 35). Tal como as prostitutas eram condenadas por venderem o corpo criado por Deus, “a produção dos intelectuais vendedores de palavras, particularmente, os ensinantes, podia ser assemelhada a uma forma de prostituição” (p. 35). Com o advento do capitalismo, não só o trabalho mecânico foi elevado da condição de produtor de “mercadoria”, como a atividade intelectual passou a ter seu preço.²

Assinala Rugiu que não só os objetos se mercantilizam, “mas também as idéias e a própria atividade de transmissão de idéias e de comportamentos, ou seja, a atividade pedagógico-didática que conota o ensinante como artesão” (RUGIU, 1998, p. 36), mas em ambos os contextos históricos, quer das corporações protecionistas,

quer do capitalismo competitivo, o segredo de fabricação é fundamental enquanto alma do negócio (p. 37).

Tal análise da produção e transmissão do conhecimento como trabalho e mercadoria é pertinente para o estudo de problemas ligados à vida acadêmica, especificamente no campo da pesquisa. Nesse sentido, estabelecemos dois focos de análise: no primeiro, tomamos a ciência em sua relação com a produção, como atividade de incremento de técnicas; no segundo, ela é enquadrada no contexto da práxis, como interação, relação de dominação e resistência do homem sobre o homem. Na primeira perspectiva enquadram-se as ciências da “natureza”; na segunda, enquadram-se o materialismo histórico e a noção de práxis. Ainda que se possa falar, como nas perspectivas alinhadas ao positivismo, num reducionismo de ambas, visto que uma mesma metodologia supõe um mesmo objeto, ou seja, fatos, sujeitos a uma abordagem empírica e mensuráveis quantitativamente, destacando os aspectos objetivos e subjetivos do mundo, a noção de “práxis” (gramsciana) supõe a intrínseca relação teoria-ideologia-técnica-prática.

III

A *informação científica*, voltada para o incremento da força de produção, atua tanto na preparação do trabalhador para determinadas funções, especializando-o ou suprimindo-o com o saber necessário para efetivar determinadas tarefas, como diretamente

na produção da tecnologia, na construção de máquinas e processos capazes de aumentar a eficácia dos meios de produção e incrementar o lucro, a mais-valia. Nesse âmbito, a atividade intelectual desenvolvida na academia liga-se diretamente à “estrutura” produtiva. Estudar esse vínculo significa analisar a atividade do intelectual, seus produtos (informação e tecnologia) e o destino, as empresas que incorporam tal saber. Esse recorte analítico circunscrever-se-ia ao levantamento dos progressos efetuados, indo desde a origem dos projetos até os resultados práticos verificáveis na “produção”. Nesse caso, o intelectual confunde-se com um funcionário do progresso técnico-científico, quer esteja atuando nos centros privados de pesquisa, quer nas universidades públicas.

Ao se estudar, por outro lado, a prática do intelectual enquanto inserido no contexto histórico mais amplo, novos elementos apresentam-se, entre os quais se destacam as opções e as posições do intelectual frente à correlação de forças políticas. Nesse âmbito, interessa a análise das concepções ideológicas inerentes às práticas dos intelectuais – ideológico no sentido de visão de mundo, de sociedade e, sobretudo, do papel da ciência. Aqui se exige um posicionamento político do “acadêmico”, que pode ser tácito ou confesso. As linhas de pesquisas, os objetos escolhidos, os convênios e os fins aos quais destinam sua pesquisa mostram as opções inerentes à atividade, tanto quanto a sua fala ou o que se expressa em entrevistas, atas, arti-

gos de posicionamento político. Quando falamos em ideologia, referimo-nos às concepções de público e privado, em que se compreendem termos como “governo” e “mercado”, “iniciativa privada” e “iniciativa do Estado”.

Nesse sentido, admitimos que os fatores mais influentes sobre a pesquisa seriam as tendências do mercado, ou as demandas por novos processos e incrementos tecnológicos, em razão da concorrência entre empresas, bem como os programas de governo voltados para P&D. No primeiro caso, as pesquisas obedeceriam à própria dinâmica “anárquica” do mercado; no outro, dar-se-iam conforme parâmetros e objetivos prefixados e politicamente orientados, conforme as tendências hegemônicas. Nesse sentido, há duas inclinações: a privada, em que não haveria um controle “prévio” por uma autoridade centralizada, e a pública, em que se verifica uma diretriz dada por uma autoridade comum, no caso o Estado, enquanto representante da “coletividade”. Cabe determinar o que é público ou coletivo. Nisso reside o aspecto ideológico, uma vez que estamos no campo da “persuasão”.

Na complexidade histórica não se pode desvincular Estado do mercado, quer dizer, as relações econômicas das relações políticas. Pode-se falar de hegemonia no sentido de que as forças ligadas aos interesses do mercado, do lucro, prevaleçam, no sentido de determinar um consenso capaz de garantir *diretrizes públicas* voltadas aos interesses do capital, assim como se pode falar na hegemonia das for-

ças intervencionistas, negadoras da mera dinâmica do mercado, enquanto determinante das diretrizes comuns, as quais visam regular ou modular o próprio mercado, no sentido de contrariar a sua “espontaneidade” anárquica. Trata-se de hegemonia no sentido de que as tendências públicas imprimidas pelo Estado, quer conforme os interesses do “livre mercado”, quer dos que se propõem discipliná-lo ou suprimi-lo, exigem um consenso e um constrangimento que só podem se efetivar com os usos dos aparelhos governamentais. A luta política (hegemônica) trava-se em torno da ocupação dos espaços do Estado, dos mecanismos de controle do público.

Nesse sentido, o desmantelamento da universidade pública ou seu incremento dependem das tendências hegemônicas de plantão. O mesmo se diz dos “incentivos” públicos para a privatização da pesquisa, a criação de centros de desenvolvimento tecnológicos diretamente vinculados com as exigências das empresas. Mesmo no interior da universidade pública, os rumos da pesquisa dependem das tendências hegemônicas vinculadas aos projetos, aos grupos de pesquisas, aos departamentos, às reitorias. Trata-se das forças capazes de determinar o que é prioritário. Em todo caso, mesmo a tendência hegemônica rotulável de “liberal” ou “intervencionista”, nos seus diversos matizes, supõe, a existência de uma esfera pública (independentemente do nome e das conseqüências inerentes às idéias de “soberania nacional” e “compartilhada”). Ambas su-

põem os aparelhos do Estado enquanto dispositivo para se efetivar as tendências hegemônicas. (O “Estado mínimo” dos liberais supõe o Estado ampliado de Gramsci, em que os aparelhos públicos constrangedores, inerentes à esfera do político, não se dissociariam dos aparelhos ideológicos, capazes de garantir a hegemonia). Diante do conceito de Estado ampliado, o papel do intelectual, por mais acadêmico e técnico que seja, não se desvincula do momento hegemônico.

No entanto, deve-se lembrar que o embate hegemônico, em Gramsci, supõe que a verdadeira práxis “não é o instrumento de governos ou de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas”. Afirma-se, ao contrário, que a práxis é “expressão das classes subalternas”, que querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades – inclusive as desagradáveis – e evitar enganos...” (GRAMSCI, 1995, p. 270). Trata-se de uma radicalização da democracia, a qual o capitalismo não suportaria. É nesse sentido que a noção de “sociedade regulada” gramsciana supõe uma liberdade política, que, por si só, significa muito mais que controle ou eliminação do mercado, uma reestruturação das relações de produção, mas uma sociabilização da economia e da informação. O desaparecimento da *sociedade política* e o advento da *sociedade regulada* implicaram uma era em que no livre jogo hegemônico, enquanto embate de ideologias, não se admite o controle pela

força nem a apropriação privilegiada do saber por uma classe em detrimento da outra, o que só é, de fato, possível pela eliminação da divisão social em “classes”, ou do “governo político”, do constrangimento.

Antes de acusar Gramsci de pedagogismo romântico, deve-se salientar o caráter agonístico em torno da disputa pela informação, ponto sem o qual a concepção de “intelectual orgânico”, ou de “príncipe moderno”, esvazia-se, sendo, portanto, superada pelos novos tempos. O cimento do bloco histórico deve ser visto como o saber circulando entre intelectuais e a massa, o que acaba por admitir a não-distinção entre ciências naturais e políticas, entre um saber meramente voltado para o incremento técnico e um conhecimento “político” (das relações humanas), visando apenas tomar o poder e mantê-lo. Ainda que cada um atue no seu nível (a relação homem/natureza e relação de poder entre os homens), as duas esferas da ciência estarão sempre implicadas. Ao apropriar-se dos meios de produção, os trabalhadores apropriam-se do saber (da produção do conhecimento) capaz de mantê-los e incrementá-los. Nesse caso, implica redefinir os rumos das pesquisas não conforme o mercado, mas conforme as exigências coletivas (hegemônicas).

As noções gramscianas são importantes para uma análise histórica da atividade acadêmica, permitindo-nos pensar o papel do intelectual em suas várias modalidades. Ao invés de contrapor os intelectuais tradicionais

e os orgânicos, contrapomos estes aos atrelados, aos capitalistas, portanto direcionados pelos rumos do mercado, movidos pela lógica do lucro. Com a hegemonia maciça do liberalismo, esse enfoque pode parecer anacrônico. No entanto, a sua pertinência reside aí. Trata-se da própria noção de hegemonia, termo gramsciano que, se não nos permite analisar a *démarche* interna das revoluções científicas, possibilita-nos compreender os *abortamentos históricos* de revoluções sociais, perante as quais as revoluções científicas seriam apenas capítulos.

Abstract

The capital holding class “monopolizes” culture, science and art. In this sense, science becomes a means of economic and cultural appropriation and expropriation. However, as the intellectuals take appropriation of knowledge and hold the tools to produce it and to transmit it, they contribute to explaining, keeping or transforming the society where they are inserted. The university, in its correlation to the means of material production, reproduces and corresponds to the social needs, according to the influences of the organized groups that defend the interests of the classes. The university is introduced as a super-structural factor, but it is intrinsically connected to the productive sector, both in the sense that it is constituted as an enterprise, and in the sense that it pro-

duces knowledge linked to technical increase which is directly related to scientific and cultural production.

Key-words: intellectuals, social structure, technology transfer.

Referências

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Concepção dialética da história*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOBSBAWN, E. *A Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LOWY, M. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.

_____; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, [s.d.]. v. 3.

RUGIU, A. S. *Nostalgia do mestre artesão*. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *Do senso comum à consciência filosófica*. Campinas: Autores Associados, 1993.

_____. *Política e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.

_____. *Educação e questões da atualidade*. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1991.

_____. O debate teórico e metodológico na história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO, IV. *Anais...* Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação, 1997.

SCHAFF, A. *História e verdade*. Lisboa, Estampa, 1974.

Notas

¹ A ciência é superestrutura, uma ideologia, diz Gramsci. Como tal, ela não escapa do caráter agonístico, do embate hegemônico de classes. “A ciência e a técnica dos árabes eram tidas pelos cristãos como pura bruxaria”, diz aquele filósofo (GRAMSCI, 1995, p. 71).

² RUGIU, 1998, p. 36. “Em breve tempo, a burguesia conseguirá fazer com que não só a atividade “liberal” dos mestres das Universidades (dos estudos), mas também aquela “mecânica” dos mestres artesãos, fosse considerada um merecido produto daqueles artífices e, portanto, sem absolutamente contestar a doutrina da origem divina da realidade e dos conceitos que ali estavam implicados – suscetível de se transformar em uma mercadoria que pudesse ser vendida e comprada como qualquer outra. A produção humana intelectual e material tomava-se, assim, equiparada, em certo sentido, aos fardos de algodão ou à moeda, como mercadoria das mercadorias, e assim por diante, sem proibições e sem as condenações que o magistério eclesiástico havia precedentemente explicitado em relação às trocas e manobras sobre o valor da moeda.